

# Diário Oficial

## Prefeitura Municipal de ALHANDRA-PB

### Atos do Poder Executivo

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 161 DE 21 DE OUTUBRO DE 1975

LEI Nº 454-A/2010, de 09 de Dezembro de 2010

**DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO CONCERTO DOS BURACOS ABERTOS DAS VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA/PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Mesa da Câmara Municipal de Alhandra, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 46 da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Plenário aprovou E o Prefeito Constitucional sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica obrigatório o total e satisfatório concerto, com obras de tapa valas e buracos, num prazo Máximo de 48 (quarenta e oito) horas do termino das obras realizadas em vias e passeios públicos, onde foram abertos buracos e valas para realização de serviços de instalação, manutenção ou concerto das redes de água e esgoto, luz, telefone e outras.

**§ 1º** - O prazo para o concerto poderá ser atendido para três (03) vezes o determinado no "caput" deste artigo, quando manifestada e comprovada a necessidade, por escrito.

**§ 2º** - As obras de tapa valas e buracos terão garantia de qualidade do serviços de, no mínimo, 06 (seis) meses, quando realizadas em vias sem calçamento e/ou pavimentadas.

**Art. 2º** - A obrigação do que trata esta lei é de responsabilidade das empresas concessionárias de serviços públicos descrito no artigo primeiro desta lei e outras que vierem a surgir, ainda que as obras que causaram as valas e os buracos tenham sido realizados por terceiros por elas contratadas.

**Art. 3º** Enquanto perdurar as obras realizadas pelas empresas concessionárias de serviços públicos de água e esgoto, luz, telefone e outras, as vias e/ou passeios públicos deverão obrigatoriamente ser sinalizados pelas referidas empresas, se necessário, isola-los com placas que permitam a nítida visualização também a noite, além de garantir, com segurança, a passagem de pedestre e veículos.

**Art. 4º** Fica instituída a multa de 500 UFM por dia, pelo descumprimento do artigo anterior.

**Art. 5º** O Poder Executivo regulamentara esta Lei, no que couber, num prazo máximo de 30 dias.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrario.

Art. 7º Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em, 09 de Dezembro de 2010

  
**Renato Mendes Leite**  
Prefeito Constitucional

